

Temporários chegam a 46% dos professores em SP

Fábio Takahashi

Meta do governo Serra era que índice caísse para 10% até 2013, mas taxa cresceu

Para pesquisadores, isso tem impacto direto na qualidade do ensino, já que temporários não se fixam nas escolas

O número de professores temporários na rede estadual de São Paulo chegou neste ano a 46% do total, a maior proporção desde 2005.

No ano passado, o então governo de José Serra (PSDB), hoje candidato à Presidência, anunciou como meta diminuir a taxa para 10% em quatro anos. Àquela época, o número era 42,4%.

Os dados são da própria Secretaria da Educação. Em números absolutos, são hoje 101 mil não efetivos. Um concurso público com 10 mil vagas foi feito em março, mas os aprovados só começarão a trabalhar no ano que vem.

Pesquisadores afirmam que o contingente de temporários tem impacto direto na qualidade de ensino, uma vez que eles tendem a ter uma rotatividade maior nos colégios - os temporários só podem escolher suas escolas depois que todos os concursados já fizeram suas opções.

Os 46% de não efetivos em SP são mais que o dobro da média nacional e superior à Prefeitura de SP (7%).

"A dificuldade quando se troca de escola é que os alunos não conhecem meu jeito e ritmo e eu também não conheço o deles. Essa fase leva tempo", diz o professor temporário de ciências Vinicius Vasconsellos, 24, que, em seis anos de rede estadual, já lecionou em nove escolas.

A Secretaria da Educação diz que trabalha para diminuir o número de não efetivos - fez dois concursos desde 2007 -, mas que, "apesar dos esforços, ainda ocorrem saídas de efetivos [licenças e afastamentos], que são repostas com os temporários".

FALTA DE INVESTIMENTO

Educadores ouvidos pela Folha afirmam que o Estado já poderia ter diminuído o contingente de temporários.

"Com um mínimo de planejamento, você sabe quantos professores vão se aposentar ou sair da rede e pode planejar concursos", diz Ocimar Alavarse, pesquisador da Faculdade de Educação da USP e ex-membro da Secretaria da Educação na gestão Gilberto Kassab (DEM) na prefeitura da capital.

Para Alavarse, há a possibilidade de o Estado não acelerar os concursos porque conta com a continuidade da transferência de parte da rede a municípios. "Mas o processo é lento e não há garantias de que vá se efetivar."

Para o presidente da Udemo (entidade que representa os diretores de escolas), Luiz Gonzaga Pinto, "o Estado só quer saber de economizar".

Segundo ele, o temporário custa 15% a menos, por não ter alguns benefícios.

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 14 set. 2010, Cotidiano, p. C1.